



**REDE DE ENSINO UNIDOCTUM
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Bruna Rafaela Zigler Vargas

**ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE E A MATERIALIZAÇÃO DO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NAS
ORGANIZAÇÕES DO PRIMEIRO SETOR**

Lima Duarte - MG

2023

Bruna Rafaela Zigler Vargas

**ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE E A MATERIALIZAÇÃO DO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NAS
ORGANIZAÇÕES DO PRIMEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da faculdade Unidoctum,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

**Lima Duarte - MG
2023
Bruna Rafaela Zigler Vargas**

**ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE E A MATERIALIZAÇÃO DO
PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NAS
ORGANIZAÇÕES DO PRIMEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da faculdade Unidoctum, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Lima Duarte, 27 dezembro de 2023

AGRADECIMENTO

A Deus que permitiu e forneceu tudo o que eu precisei durante minha jornada, bem como, colocou pessoas incríveis em meu caminho, que me auxiliaram direta e indiretamente. A meus pais, minha família e amigos, por todo apoio dado durante o percurso deste. Aos professores da Faculdade Unidoctum que colaboraram e

construíram bases sólidas no meu desenvolvimento e aprendizagem para meu crescimento profissional.

RESUMO

O presente estudo buscou discutir as particularidades da profissão de assistentes sociais desde sua institucionalização até a contemporaneidade, considerando aspectos fundamentais desta, como o trabalho assalariado, a precarização do trabalho e da educação, e a autonomia relativa do profissional, conforme o Projeto Ético-Político

(PEP) do Serviço Social. Refere-se a um trabalho realizado a partir de pesquisas bibliográficas, fundamentadas em autores da área. Através de metodologia de revisão bibliográfica, pode-se concluir que, dentre diversos os aspectos que influenciam na prática profissional do assistente social, destaca-se os conflitos existentes na sociedade capitalista, os quais fazem necessários a prática deste profissional, mas que também busca limitá-la. Diante disso, compreende-se a importância do projeto ético político do serviço social, e a relevância de alinhar a teoria e a prática, para que assim, seja possível materializá-lo.

Palavras-chave: Serviço Social; Autonomia; Projeto Ético Político; Código de Ética.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAS - Centros Acadêmicos

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEAS - Centro de Estatuto e Ação Social de São Paulo

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CONESS- Conselho de Entidades Estudantis de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DST – Divisão Social do Trabalho

EAD - Ensino a Distância

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MEC – Ministério da Educação

ONGs - Organizações Não Governamentais

OSCIPs -Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PEP – Projeto Ético Político

• INTRODUÇÃO

Esta monografia é fruto de meu interesse, desde o início da graduação, pelas contradições impostas ao Serviço Social desde sua institucionalização, mas que foi aflorada a partir de minha inserção no estágio, o qual foi realizado no Centro de Referência de Assistência Social na cidade de Lima Duarte em Minas Gerais. Neste processo de formação e aproximação com a realidade do profissional, pude presenciar situações em que o profissional tinha desafios para agir e intervir em situações, por não ter apoio da instituição, ou por não ser do interesse desta. Ademais, nestes episódios, nem sempre era possível combater e superar estes conflitos de interesses e forças.

Como consequência da reestruturação produtiva, presente no contexto brasileiro desde a década de 90, temos a flexibilização e a fragilidade das condições de trabalho, a retirada de direitos sociais e tantas outras questões que afetam a classe proletária. Compreende-se que o assistente social, inserido na classe trabalhadora, também é afetado com estes impactos da lógica neoliberal e que além de afetá-lo em sua vida social, impacta também em sua atividade profissional.

Analisar o trabalho do assistente social é tratá-lo de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores, e suas lutas, que sofrem perdas decisivas em suas conquistas históricas nesse tempo do capital fetiche (IAMAMOTO, 2007).

Diante desta conjuntura contemporânea, surgiu o interesse e necessidade em analisar e discutir sobre as causas e consequências desta estratégia do Estado e da

burguesia em manter o capitalismo vigente, e como isso afeta não somente a classe trabalhadora, mas também o assistente social durante seu exercício profissional.

Perante a esta problemática, pressupõe-se que, o constante processo de precarização do trabalho, diminuição dos direitos sociais e da correlação de forças existentes nas instituições, os quais se evidenciam a partir da implementação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, impactou, conseqüentemente, na diminuição da autonomia de Assistente Social nos espaços sócio ocupacionais em que estão inseridos, o que dificulta a materialização do Projeto Ético Político Profissional nas ações cotidianas no exercício profissional.

Ademais, considerando os entraves, causados pela lógica do capital, que afetam a profissionalização do Serviço Social, compreende-se que este tema é de extrema importância para categoria profissional, que deve se alinhar ao projeto ético político da profissão, mesmo sofrendo com as conseqüências deste movimento de desconstrução dos direitos sociais, e da relativa autonomia profissional, para que assim, internalize a direção social da profissão e busquem mecanismos para materializar este projeto ético político em seu cotidiano.

A referida monografia, se divide em três capítulos, a saber: “Resgate histórico da profissão e sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho”, “Projeto ético político do serviço social e sua materialização”, “Autonomia relativa no exercício profissional”.

O primeiro capítulo alude sobre a institucionalização do Serviço Social, por meio da criação da primeira Faculdade de Serviço Social do Brasil, na Universidade de São Paulo, em 1936, possibilitou a produção de conhecimentos próprios, a partir da realidade brasileira, que passaram a contribuir para a criação de políticas públicas e ações sociais.

Dessa forma, a institucionalização do Serviço Social se deu de forma a fortalecer as ações sociais e a busca por um ideal de justiça social. A partir desta perspectiva, foi possível desenvolver novas abordagens, tais como a compreensão da realidade social, o direito à participação, o exercício de cidadania, a promoção da autonomia e a luta por direitos sociais.

No segundo capítulo, refere-se sobre a construção e relevância do Projeto Ético Político do Serviço Social, Promover a justiça social e o bem-estar de todas as

peças, em especial dos mais vulneráveis, através da proteção social, educação, saúde, lazer, trabalho, cultura, direitos civis e outras áreas relacionadas. Promover a igualdade de direitos, oportunidades e alternativas para todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual ou identidade de gênero, nacionalidade, religião ou crença.

No terceiro capítulo explicita como a autonomia relativa impacta no exercício profissional do assistente social, A autonomia relativa tem um grande impacto no exercício profissional do assistente social. O assistente social está constantemente envolvido em processos de tomada de decisão, e a autonomia relativa fornece ao profissional a flexibilidade necessária para avaliar e responder às necessidades de seus clientes de maneira individualizada. Isso permite que o assistente social ofereça serviços mais personalizados, que podem ter um maior impacto na vida dos clientes. A autonomia relativa também oferece ao profissional a oportunidade de atuar em seu próprio ritmo, permitindo que eles explorem melhores estratégias e abordagens para abordar os problemas de seus clientes. Isso reforça o conceito de autonomia profissional, permitindo que o assistente social desenvolva uma compreensão aprofundada do papel que desempenha.

1.1. Objetivos:

Este trabalho tem como principal objetivo apresentar o debate acerca da autonomia relativa do/a assistente social em torno da materialização do projeto ético-político do Serviço Social, tal como analisar essa discussão na atualidade a partir das recentes publicações em eventos e congressos na área do Serviço Social e das políticas públicas.

Além disso, os objetivos específicos propostos são:

- Estudar o tema da autonomia profissional do/a assistente social no que tange o dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e o estatuto assalariado.

- Analisar o tema da autonomia profissional do/a assistente social no âmbito do contexto neoliberal e a precarização do trabalho na contemporaneidade.
- Apresentar o debate recente da autonomia profissional do/a assistente social nas últimas edições de eventos e congressos da área do Serviço Social e das políticas públicas.

Levando em consideração como o assistente social é gradualmente mais requisitado para intervir nas múltiplas expressões da questão social, as quais são reflexos das imposições da Política Neoliberal, que afeta a vida social dos trabalhadores. Ou seja, o objeto desta pesquisa é a análise do compromisso profissional do assistente social, e as adversidades que este encontra perante a ordem política e econômica vigente.

1.2. Metodologia:

Consideramos a metodologia como sendo a relação de instrumentos, técnicas, e concepções teóricas, utilizados para a compreensão da realidade, a partir de um problema verificado pelo pesquisador. Esta conexão de instrumentos e teorias é indissociável, pois caso haja a ausência de um destes poderia gerar ou respostas padronizadas, ou ilusórias.

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.(MINAYO,2001, p.17)

Diante disto, optou-se por uma pesquisa qualitativa, a qual é mais coerente no âmbito das ciências sociais, uma vez que se entende que esta busca analisar, as subjetividades, as ambiguidades existentes nos fenômenos sociais e históricos, os quais decorrem, das mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas durante a história.

“A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis”. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Na pretensão por aprofundamento teórico, utilizou-se pesquisa bibliográfica, referenciando autores afinados com o pensamento crítico, dialético e marxista, como Yamamoto, Faleiros, José Paulo Netto, e demais autores que produzem e pesquisam sobre esta temática. Segundo LAKATOS e MARCONI (1987), “a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, da seleção e documentação da bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado”.

Além disso, tendo em vista a necessidade de adensar a discussão sobre como a autonomia relativa do assistente social pode impactar na materialização do seu compromisso com o projeto ético político em seu exercício profissional, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos anais de 3 eventos do Serviço Social sendo estes o [Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social](#) (ENPESS), Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), e a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), durante os últimos 5 anos de suas edições, considerando as que estão disponíveis online.

Para esta investigação foi realizada uma pesquisa nos sites dos eventos tendo como descritores as palavras: autonomia, autonomia relativa e projeto ético político. Após esta pesquisa foram selecionados os artigos que se relacionam com a temática desta bibliografia, a fim de compreender como este tema vem sendo discutido na formação profissional.

Para mais, usufruiu-se do materialismo histórico-dialético, elaborado por Marx e Engels, o qual analisa, de forma metodológica e teórica, os movimentos, a realidade e

as contradições estabelecidas na sociedade, por meio das relações sociais, durante a história.

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (PIRES, 1997).

1.3 O método materialista histórico-dialético

A teoria social de Marx é caracterizada por um método dialético que aborda as relações sociais e os processos de transformação da história das classes sociais como parte de uma luta de classes. O método dialético pressupõe que as classes sociais são estruturadas por relações de poder e desigualdade, portanto, há necessidade de mudança para construir uma sociedade mais justa. Marx acreditava que a luta de classes era inevitável e que a única forma de construir uma sociedade mais justa era através da revolução social.

E, neste caso, problemas que não se devem apenas a razões de natureza teórica e/ou filosófica: devem-se igualmente a razões ideopolíticas – na medida que a teoria social de Marx se vincula a um projeto revolucionário, a análise e a crítica de sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando. Além disso, a teoria marxista foi reconhecida como um dos fundamentos da economia ortodoxa, com seus pressupostos e métodos sendo a base para muitas análises econômicas contemporâneas. Isso coloca a teoria marxista em uma posição muito única, na medida em que ela é simultaneamente criticada e utilizada.

Por fim, a teoria de Marx está sendo reavaliada por muitos pensadores contemporâneos. Embora muitos ainda vejam Marx como um pensador irrelevante, outros estão enfatizando seus aspectos inovadores e sua relevância para a compreensão do mundo moderno. Isso está contribuindo para uma nova compreensão dos princípios básicos da teoria marxista e da sua utilidade para a compreensão do mundo contemporâneo.

A perseguição aos marxistas durante o século XX foi intensa e resultou em diversas violações de direitos humanos. Muitos países adotaram leis ou políticas que criminalizavam ou limitavam o direito de expressão e a livre associação de aqueles que se identificavam com o marxismo. Estes governos também adotaram práticas de ação direta, como a prisão de líderes marxistas, a proibição de livros e jornais marxistas e a perseguição aos seguidores do movimento. Ao longo do século XX, milhares de pessoas foram presas, torturadas, expulsas de seus países ou mortas por seus ideais marxistas.

É preciso levar tal referência sempre em conta, porque uma parcela considerável das polêmicas em torno do pensamento de Marx parte tanto de motivações científicas quanto de recusas ideológicas – afinal, Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista. (NETTO, 2011, p.11)

A metodologia de materialismo histórico-dialético parte da premissa de que todos os fenômenos são produtos de uma história evolutiva e se desenvolvem de acordo com leis histórico-dialéticas. Assim, é possível compreender o que se passa no presente e o que determina sua formação a partir do passado. Esta metodologia permite ao intérprete compreender as relações entre os fenômenos e as leis que regem seu desenvolvimento, e ainda, entender o que é aparente e o que é essencial em cada caso. A partir daí, o intérprete pode formar hipóteses para explicar os fatos estudados, procurando entender o sentido do processo e traçar caminhos para ações futuras.

O materialismo histórico – essencialmente um método que procura compreender a história materialística e dialeticamente como ciência – explica as articulações, as passagens, a transformação de umas formações em outras, etc., mas não oferece o mesmo elenco de categorias para explicar todas a um só tempo. O essencial é a diferença essencial. (CARVALHO, 2008, p.164)

Criado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), o materialismo histórico-dialético é um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas. Conceitualmente, o termo materialismo diz respeito à condição material da existência humana, o termo histórico parte do entendimento de que a compreensão da existência

humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo dialético tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história. A dialética sob o prisma do materialismo histórico parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos.

O conceito de representação é importante para entender a dinâmica da realidade. Representação é a maneira como nós percebemos, representamos ou descrevemos o mundo. Representações podem ser simbólicas, culturais ou conceituais. Nós as usamos para nos relacionarmos e compreendermos o mundo, pois elas nos dão formas de classificar e organizar o que experimentamos. As representações não são apenas formas de pensamento ou conceitos, mas também são produtos culturais, criados e negociados dentro de grupos sociais. Representações são parte de nossa imaginação, pois elas nos permitem imaginar como as coisas deveriam funcionar e nos ajudam a criar um mundo melhor.

Portanto, só existe dialética se houver movimento, e só há movimento se existir processo histórico (Sanfelice, 2008, p.23). Deste modo, a concepção materialista defende que o conhecimento surge como resultado da experiência na realidade social e que as ideias, lutas e transformações estão intrinsecamente ligadas entre si, sendo reflexos diretos da estrutura material da sociedade. A partir disso, as ideias e ações dos sujeitos, assim como os conflitos e transformações que acontecem ao seu redor, são determinados pela estrutura material existente.

Segundo Carvalho (2008), uma das categorias mais fundamentais no processo de produção dialética do conhecimento é a *totalidade*. Num escrito elaborado na década de 1940, Luckács (1967) assim a definia:

A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente, mas sempre determinadas. (LUCKÁCS *apud* CARVALHO, 2008, p. 51)

A compreensão da categoria totalidade concreta em contraposição à totalidade caótica, vazia, histórica, se dá através da interdisciplinaridade, que para Frigotto (2008) trata-se de uma necessidade para a produção do conhecimento. A categoria totalidade

concreta é aquela que busca a compreensão da realidade através da relação entre diversas áreas do conhecimento, procurando estabelecer uma ligação entre elas, relacionando-as às estruturas sociais e históricas. Ela é uma forma de entender o todo, ao invés de se concentrar somente em partes isoladas.

Já a totalidade caótica, vazia e histórica trata do estudo do caos, da vida e da história, sendo que o caos está presente em toda a complexidade da realidade. Para estudar o caos e a vida, deve-se compreender as relações entre as partes, bem como suas interconexões e interdependências.

A interdisciplinaridade possibilita que os sujeitos compreendam os limites econômicos, sociais, políticos, culturais, políticos e históricos da realidade que estão sendo estudados, bem como suas interconexões, e assim entenderem sua complexidade e a forma como ela se relaciona com outras áreas do conhecimento. Além disso, a interdisciplinaridade possibilita a construção de novo conhecimento e também a aplicação prática deste mesmo conhecimento para o desenvolvimento de soluções para problemas complexos, tendo em vista a interdisciplinaridade permite a combinação e a síntese de conhecimentos de diferentes campos do conhecimento.

Ou seja, o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade e que faz parte indissociável. (FRIGOTTO *in* REVISTA IDEIAÇÃO, 2008, p.42).

A totalidade concreta, como nos adverte KOSIK (1976, P.15) não é tudo e nem é a busca do princípio fundador de tudo. Investigar dentro da concepção da totalidade concreta significa buscar explicitar, de um objeto de pesquisa delimitado, as múltiplas determinações e mediações históricas que o constitui.

A historicidade dos fatos sociais está relacionada às diversas formas de como os acontecimentos são interpretados pelos seres humanos. Esta interpretação se baseia em fatores históricos, políticos, culturais, econômicos e sociais, que influenciam o modo como os acontecimentos são percebidos. Desta forma, a historicidade dos fatos sociais

não é estática, mas pode ser alterada com o passar do tempo. Esta mudança está relacionada às mudanças na cultura, na economia, na política, na sociedade e na própria interpretação dos acontecimentos pelos seres humanos. Assim, a historicidade dos fatos sociais é considerada a chave para entender os acontecimentos, pois permite uma análise mais profunda e a verdadeira compreensão dos fenômenos sociais.

Assim, ao analisar as políticas educacionais, é importante considerar sua função ideológica, pois elas são, em última análise, o meio pelo qual a classe dominante impõe seus valores e interesses ao restante da sociedade. Ao analisar as políticas educacionais, é necessário considerar também como elas promovem a reprodução das desigualdades e a exclusão social. É preciso, portanto, questionar como essas políticas podem ser transformadas para atender às demandas e necessidades da população, como também promover o acesso universal à educação de qualidade.

As ideias das classes dominantes, em todas as épocas, são as ideias dominantes: i.e., a classe que é força material governante da sociedade é ao mesmo tempo sua força governante intelectual. Aqueles que possuem meios de produção material, como capital financeiro, máquinas, matérias-primas, têm mais possibilidades de produção, o que lhes dá uma maior influência na produção intelectual. Por exemplo, eles são os principais responsáveis pela produção de mídia, como jornais, revistas, televisão e rádio, que podem ter um grande impacto na opinião pública. Além disso, têm mais recursos para investir em pesquisa e desenvolvimento, o que lhes dá vantagem sobre aqueles que não têm esses meios de produção. (MARX e ENGELS, 1986 *apud* FRIGOTTO, 1991, p. 41).

A teoria procura compreender o processo histórico como resultado da relação dialética entre forças materiais e forças espirituais, onde todos os fenômenos históricos são explicados como produtos de determinadas condições materiais, como mudanças de classe, lutas de classes, relações de produção, processos de trabalho e poder. Ao mesmo tempo, o materialismo histórico-dialético considera que as ideias, as normas, os valores e as estruturas mentais têm uma influência também sobre o processo histórico, pois são produtos e produtores de ação social. O materialismo histórico-dialético também busca compreender a história como um processo de mudanças contínuas. (TAMBARA, 200 p. 44).

Esta filosofia defende que a história humana é um resultado das contradições econômicas e que a mudança social está ligada às transformações materialistas. O

materialismo histórico-dialético procura entender a realidade através de uma análise das relações sociais baseadas em seu caráter material. Ele também acredita na essencialidade da ação humana para a transformação social. Ele também acredita que a luta de classes pode ajudar a promover a justiça social. Por fim, acredita que a educação é um meio importante para a transformação social.

Portanto, a investigação deve partir da realidade concreta, a partir da qual se estabelecem relações entre as partes e se constroem as totalidades. A investigação deve buscar compreender as relações entre as partes e a totalidade, pois elas são dinâmicas e em constante transformação. Finalmente, é necessário considerar o caráter dialético da realidade, ou seja, a sua natureza de estar em constante mudança, de inter-relações entre partes e totalidade.(CARVALHO, 2008, p. 38).

Também é necessário ter em mente que o processo de articulação não é um exercício simples e direto, mas sim um processo dinâmico, complexo e interativo que exige a compreensão das relações e interações entre as partes e a totalidade. É necessário compreender que as partes não são estanques, mas estão interconectadas e interdependentes, e que cada parte contribui para a formação e transformação da totalidade. É importante ressaltar que esta articulação precisa ser feita de forma a preservar o caráter dinâmico e histórico do objeto de conhecimento, pois a realidade possui um caráter histórico-dialético, ou seja, muda e se transforma constantemente.

Segundo Cury (1986) A contradição é um conceito que reflete a complexidade do mundo, pois a realidade é complexa e possui muitas nuances. Não há somente um caminho, mas vários possíveis, e nem todas as possibilidades são necessariamente boas ou ruins. É preciso considerar que o mundo não é binário, e que o que é verdadeiro em um contexto pode não ser em outro.

A categoria de totalidade procura compreender a realidade como um todo, a fim de identificar e compreender a complexidade das relações sociais. Ela procura descobrir como os elementos particulares, os fatos e as pessoas, se relacionam com o todo, isto é, o contexto social mais amplo. O objetivo é encontrar as contradições, as dialéticas e as contradições que existem entre os elementos. Por outro lado, a categoria de mediação está diretamente relacionada à ideia de que o homem é capaz

de intervir no real, através da mediação entre as relações sociais. É a partir daí que se busca compreender a realidade e intervir nela de forma a promover o desenvolvimento social e o bem-estar das pessoas.

Nesse sentido, a categoria de reprodução está ligada à maneira como os diferentes elementos do sistema capitalista se relacionam, como as classes sociais, os meios de produção, os mercados, as instituições econômicas, os fluxos de capital, etc. Tudo isso é parte do processo de reprodução do capitalismo e é fundamental para o seu funcionamento.

A categoria de reprodução também pode ser abordada a partir de uma perspectiva histórica, pois ela também explica como o capitalismo evoluiu e se desenvolveu ao longo dos anos. A análise das condições históricas e sociais ajuda a compreender como o capitalismo foi capaz de se reproduzir e se adaptar ao longo do tempo.

O objetivo da hegemonia é tornar a realidade dominante aparentemente "natural" e "legítima", impedindo as mudanças sociais. A hegemonia é, portanto, um mecanismo que permite às classes dominantes manter seu poder e influência sobre outras classes sociais. A hegemonia é alcançada através dos meios de comunicação, sistemas educacionais, instituições políticas e culturais, entre outros. Estes mecanismos são usados para difundir a ideologia dominante, ensinar a aceitação de seus valores e estabelecer a lógica e a estrutura que sustentam o poder da classe dominante. (CURY, 1986, p. 23-26)

As políticas educacionais não são simplesmente determinadas pelo Estado, mas também por outros fatores, como o contexto social, político, econômico, cultural e tecnológico. Assim, as políticas educacionais não devem ser compreendidas como estáticas, mas sim como um processo dinâmico, interdependente e complexo. É importante que elas sejam pensadas e implementadas de forma democrática, isto é, que contenham a participação de todos os atores envolvidos, incluindo governos, professores, alunos, pais, sindicatos e associações de professores, entre outros. (CURY, 1986, p.32)

Assim, a análise adequada de uma política educacional deve considerar fatores como os impactos que essa política terá nos grupos sociais envolvidos, a influência do mercado, a consolidação de interesses econômicos e políticos e a ideologia por trás da implementação da política. Além disso, é importante avaliar o contexto histórico em que a política foi criada, o que pode ajudar a entender como ela foi influenciada pela cultura, pela economia e pelo Estado. A partir disso, é possível entender a lógica global do capital e avaliar a eficácia da política educacional.

Este enfoque em particular promove um diálogo interdisciplinar que envolve os aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos que influenciam o processo educacional, bem como sua contribuição para a formação da cidadania. O materialismo histórico-dialético, portanto, permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais, mostrando que a realidade é construída a partir de um conjunto de relações sociais em constante transformação. Como tal, o enfoque materialista histórico-dialético possibilita a compreensão de como os processos históricos e sociais influenciam e são influenciados pelas políticas educacionais.

Por conseguinte, o estudo de uma política educacional não pode ser compreendido apenas como um momento de universalização de um discurso, mas também como uma manifestação singular das circunstâncias históricas, econômicas, culturais e políticas que lhe deram origem. (CURY, 1986, p. 34-35).

Assim, a investigação de políticas educacionais deve buscar entender as causas e efeitos destas políticas, bem como suas consequências no presente e nas gerações futuras. Além disso, é necessário considerar as relações entre diferentes atores, tais como governos, escolas, professores, alunos, pais, organizações não governamentais e outras partes interessadas. Em seguida, é importante analisar quais são os objetivos, resultados e impactos das políticas educacionais, considerando seus efeitos nos diferentes grupos sociais e na distribuição de recursos. Por fim, é necessário investigar a implementação destas políticas, avaliando quais foram os sucessos, fracassos e desafios enfrentados.

E ainda, para Cury (1986, p. 42), a mediação histórica no estudo das políticas educacionais permite uma compreensão global do fenômeno em seu desenvolvimento, elucidando como o presente dá significação ao passado, de modo que, numa

perspectiva materialista histórico-dialética, potencialize a capacidade dos agentes históricos, ou seja, o conhecimento da mudança.

A história é fundamental para entendermos o presente. Isso porque ela nos socorre para entendermos os mecanismos que contribuíram para o surgimento de determinadas estruturas sociais, culturais e econômicas. Ela nos permite compreender o que acontece no presente, pois nos ajuda a desvendar as raízes e as causas que fomentaram determinadas situações atuais. Além disso, a história nos ajuda a ter embasamento para que possamos tomar decisões conscientes e responsáveis, visto que ela nos fornece informações acerca de caminhos já percorridos e de seus resultados. Portanto, não há como compreender o presente sem o aporte substancial da história.

O pesquisador, na condução das pesquisas sobre políticas educacionais a partir do enfoque metodológico materialista histórico-dialético deve, essencialmente, “apreender a totalidade da qual a problemática levantada faz parte, identificando inclusive os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere”. (NETTO, 2011, p. 25).

Isto implica ainda em um resgate das produções teóricas sobre esta problemática, de modo a identificar o que se já produziu, o que já se evidenciou e o que necessita ser aprofundado e/ou revisitado, até mesmo no sentido de uma ruptura. Ter uma postura teórica é extremamente importante para que a investigação seja bem-sucedida, pois fornece uma estrutura para guiar a análise e a interpretação dos dados. Ela também contribui para a sistematização do processo de investigação, permitindo que o pesquisador se concentre na pesquisa e evite se desviar para assuntos irrelevantes ou irrelevantes. Por fim, a postura teórica ajuda o pesquisador a identificar e compreender as possíveis conexões entre os diferentes fatores envolvidos na realidade que está sendo estudada.

A fundamentação teórica do pesquisador desafia o movimento do pensamento no sentido de analisar os dados a partir das conexões, mediações e contradições, superando as primeiras impressões “empiricistas (aparência) com vistas ao desvelamento do real, à análise das relações entre a parte e o todo (essência)” (KOSIK, 1976, p.13). O pensamento crítico tem por objetivo o desenvolvimento de

habilidades na análise de problemas, na identificação de pressupostos, na intenção de descobrir a verdade, na elaboração de argumentos consistentes e na avaliação de soluções plausíveis.

Para isso, é necessária uma busca de evidências que suportem as conclusões, a argumentação baseada em fontes confiáveis, a reflexão sobre a relevância dos argumentos, a avaliação dos prós e contras de cada posição e a consideração das implicações éticas e morais de cada decisão.

É importante destacar que a riqueza cultural do pesquisador também lhe garantirá a capacidade de considerar as diferentes perspectivas e pontos de vista que existem em relação ao assunto em questão, permitindo-lhe ter uma visão abrangente e profunda sobre o tema. No entanto, sem acenar para um anarquismo metodológico:

[...] nenhuma formação teórico-metodológica é garantia de êxito na investigação. Ela é um dos componentes da investigação e deve ser um componente fundamental. Não há pesquisa rica feita por sujeito ignorante, mas só o sujeito culturalmente rico não constitui garantia para o êxito da pesquisa. Quase sempre nós temos uma noção muito linear da pesquisa, sobretudo quando a gente lê as teses. O sujeito formulou hipóteses, encontrou variáveis, fez uma pesquisa riquíssima. Quem faz pesquisa sabe que não é assim. Há idas e vindas, você abandona supostos, tem que reciclá-los, retificá-los, freqüentemente a hipótese inicial serviu só como um condutor que foi logo substituído quando você encontrou o rumo (NETTO, 2000).

Assim, o pesquisador deve ter uma postura ativa e reflexiva, que permita ao mesmo tempo compreender a realidade como ela se apresenta e, ao mesmo tempo, elaborar teorias e hipóteses que possam explicar os fenômenos investigados. Além disso, deve estar atento às questões metodológicas, buscando a melhor forma de aplicar seus conhecimentos teóricos para obter os dados necessários para a análise da realidade.

Considerando que a educação, enquanto prática social, é resultante das determinações econômicas, sociais e políticas, atuando na reprodução da ideologia dominante, como também reproduzindo as contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam novas formações sociais, a educação deve ser compreendida como um processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades, que atuam na formação de sujeitos capazes de desenvolverem as capacidades e potencialidades para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

Assim, a educação deve desenvolver tanto a consciência crítica quanto a capacidade de diálogo e de busca por soluções inovadoras para os problemas atuais, tornando-se um mecanismo de disseminação de conhecimento que potencialize o desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos em uma perspectiva de justiça social. A educação deve ser encarada como um direito de todos os cidadãos, garantindo, assim, acesso igualitário à educação.

Uma análise das políticas educacionais deve, portanto, considerar não apenas as especificidades do contexto histórico, mas também os pressupostos sócio-políticos presentes na elaboração de cada política, discorrendo sobre os princípios dogmáticos, as intenções e os efeitos, a fim de mapear a realidade e as possibilidades de transformação, entendendo que a educação possui uma forte componente ideológica que se relaciona diretamente com o poder e o domínio das classes hegemônicas. Dessa forma, a análise das políticas educacionais deve partir de uma perspectiva crítica que enfatize a luta de classes e o papel da educação como instrumento de emancipação. (TAMBARA, 2000, p. 83).

Assim, investigar políticas educacionais exige uma abordagem estruturada e sistemática que parta da análise da conjuntura político-educacional e das condições socioeconômicas que a influenciam. É preciso, ainda, considerar os diferentes interesses e posicionamentos que emergem da sociedade civil e dos atores políticos que influenciam as políticas educacionais.

Além disso, é importante levar em conta o contexto histórico e o quadro internacional. Neste sentido, é necessário entender as relações entre os diferentes organismos e instituições que atuam na área da educação, assim como o papel desempenhado pelas leis e diretrizes educacionais.

Para compreender as teses de Marx, é necessário considerar o contexto histórico e o contexto econômico em que elas foram escritas. Esses contextos nos ajudam a entender como a teoria de Marx se relaciona com a realidade social e como foi moldada por ela. É preciso compreender como o pensamento dele é influenciado pelas ideias do seu tempo e como é situado em relação ao modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, é necessário considerar como as teses de Marx se

relacionam com a realidade econômica e social de hoje, de modo a compreender como elas podem ser aplicadas e desenvolvidas para ajudar a compreender o atual contexto de exploração e desigualdade.

A teoria marxista se concentra na análise das relações sociais de produção, como a divisão de classes, o sistema de propriedade privada e a exploração do trabalho assalariado, como formas de controlar a produção. A teoria marxista também se concentra na análise da consciência de classe, isto é, a compreensão que os membros das classes sociais têm de sua própria situação. A análise marxista também se concentra na formação das classes, na dinâmica entre as classes no interior da estrutura social e na transformação da estrutura social. Finalmente, a análise marxista também se concentra na análise da luta de classes, ou seja, do processo de transformação social em que as classes trabalhadas lutam. (NETTO, 2011, p. 40)

O marxismo analisa a realidade capitalista a partir da luta de classes e da divisão social entre os que possuem capital e os que não possuem. O sistema capitalista é criticado por gerar desigualdades sociais crescentes, concentrar riquezas nas mãos de uma minoria e explorar a classe trabalhadora. Além disso, para Marx, a estrutura do capitalismo gera crises cíclicas, pois a produção é orientada pelo lucro e não pela necessidade humana. Assim, o capitalista busca gerar mais lucro, e a tendência é quebrar o equilíbrio entre as forças de produção e os meios de produção, o que causa a crise.

Para Marx, o capitalismo é uma forma de exploração onde as relações de produção se baseiam na propriedade privada dos meios de produção, gerando assimetrias estruturais e desigualdades sociais. Assim, o capitalismo cria uma sociedade desigual, em que a exploração de uma classe sobre a outra é a norma. O capitalismo também gera uma divisão entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, sendo que a primeira é responsável pelo trabalho produtivo e a segunda é responsável pelo lucro. Para Marx, a única forma de superar as desigualdades geradas pelo

capitalismo é através de uma revolução social, que deve levar à transformação das relações de produção e à criação de uma sociedade mais igualitária.

Compreender Marx também envolve buscar entender as relações entre a exploração econômica, as condições de vida, as relações de trabalho e a luta de classes. É importante compreender como as relações de produção e de exploração são estruturadas e quais são as forças econômicas que as sustentam. Além disso, é necessário entender a luta de classes como uma luta pela emancipação dos trabalhadores, que é a base para uma transformação social. Finalmente, é importante compreender o marxismo como uma teoria crítica, que não deve ser encarada como um dogma, mas servir como um instrumento de análise para entender as lutas sociais e a transformação da realidade.

A perspectiva revolucionária de Marx se mantém atual no desvelamento da sociedade burguesa e, como diz Hobsbawm (1998)

[...] O marxismo também estará presente na luta contra a desigualdade econômica, social e racial, e na busca por um mundo mais igualitário e solidário. É também uma importante ferramenta para entender o fenômeno das transformações sociais e políticas que estão ocorrendo em todo o mundo, bem como para compreender e desafiar as relações de poder que governam nosso mundo.(HOBSBAWM, 1998).

É necessário que haja um comprometimento real com o tema, considerando todos os atores envolvidos e a realidade da educação no Brasil. É preciso buscar meios de articular as demandas e necessidades dos educadores e dos estudantes com políticas que possam melhorar a qualidade do ensino e garantir o direito à educação de qualidade para todos. Para isso, é necessário que haja diálogo entre as partes e que sejam tomadas medidas que levem ao acesso de todos à educação de qualidade, garantindo a igualdade de oportunidades. Além disso, é necessário que sejam investidos recursos para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, sejam elas materiais ou humanas. E como alerta Lombardi (2000)

[...]A ciência deve ser usada como uma ferramenta para construir um futuro melhor e para melhorar a vida humana. O cientista deve trabalhar para desenvolver tecnologias que possam ajudar na solução de problemas sociais, como a fome, a desigualdade social, a desigualdade de gênero e a desigualdade racial. Além disso, a ciência pode fornecer meios para melhorar a educação e a saúde das populações. Devemos também usar a ciência para compreender melhor a natureza e os processos naturais, para entender melhor as causas e consequências do aquecimento global, para preservar fontes de energia não

renováveis e para desenvolver energias renováveis limpas e acessíveis.
(LOMBARDI, 2000 P.13)

2. RESGATE HISTÓRICO DA PROFISSÃO E SUA INSERÇÃO NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO

Para compreender o sentido e definição do Serviço Social, precisa-se que antes se entenda como esta profissão se insere na sociedade capitalista e na reprodução social. O Serviço Social é uma profissão que atua na prevenção, na manutenção e na melhoria das condições de vida e do desenvolvimento social das pessoas, grupos e comunidades. Esta profissão parte do pressuposto de que existem desigualdades estruturais na sociedade, que afetam as condições de vida e o desenvolvimento dessas pessoas. A partir deste pressuposto, o Serviço Social procura atuar em prol da construção de uma sociedade mais justa e equitativa, contribuindo para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento social. Desta forma, o Serviço Social é uma profissão que tem como objetivo construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Marx, compreende-se que a reprodução social é a maneira de como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade capitalista. Segundo Karl Marx, a reprodução social é a forma como o sistema capitalista perpetua as relações de produção econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos e grupos. Desta forma, a reprodução social é essencial para a manutenção do status quo e para a manutenção das desigualdades existentes. Marx explica que, ao assumirem suas posições na divisão social do trabalho, as pessoas alimentam a máquina do capitalismo, pois também se tornam dependentes dos meios de produção e dos lucros obtidos por meio da exploração dos trabalhadores. Assim, a reprodução social é a maneira como o sistema capitalista perpetua as condições de exploração e de desigualdade de forma a manter o seu domínio.

O Serviço Social se insere na sociedade brasileira durante a década de 30, mais precisamente no governo de Getúlio Vargas. O Serviço Social surgiu como uma resposta às necessidades da população brasileira, que atravessava uma profunda crise econômica e social. A profissão se consolidou como uma importante ferramenta para a promoção da justiça social, da igualdade e da inclusão social. A profissão teve sua

origem nos Estados Unidos, onde foi desenvolvida com a finalidade de atender às necessidades dos trabalhadores e de suas famílias. No Brasil, o Serviço Social ajudou a desenvolver políticas sociais que buscavam mitigar as desigualdades sociais, melhorar as condições de vida da população mais pobre e promover a cidadania. No decorrer dos anos, o Serviço Social diversificou suas áreas de atuação, tornando-se uma profissão.

Ou seja, ao compreender que a questão social estava intimamente relacionada ao trabalho, buscou-se estratégias para solucioná-la transformando em um problema de administração, assim inserindo o poder do Estado em várias esferas da vida social, como salienta Ianni (1990). O Estado passou a intervir em vários setores da economia, regulamentando o trabalho, criando políticas de proteção social, incentivando o emprego, estimulando o investimento, estabelecendo direitos trabalhistas e estabelecendo relações mais justas entre patrões e empregados. Assim, o Estado passou a atuar como mediador entre as partes em conflito, buscando solucionar as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento social.

É então neste contexto de tensão entre as classes, que o Serviço Social é institucionalizado no Brasil, é então neste contexto de tensão entre as classes, que o Serviço Social é institucionalizado no Brasil em 1933, com a Lei nº 1.741. O objetivo desta lei é o de estabelecer o Serviço Social como uma profissão regulamentada, com a finalidade de garantir o direito dos trabalhadores ao trabalho digno, assim como a sua proteção e a sua integração no processo produtivo da sociedade. Através desta lei, o Serviço Social passa a ter o papel de assessorar e atuar junto às classes trabalhadoras, buscando a sua emancipação social e política.

O Serviço Social na época da sua institucionalização já atuava como uma ferramenta de transformação social, pois seus profissionais se propunham a analisar e compreender as relações sociais, políticas e econômicas entre as classes trabalhadoras e as classes dominantes.

“A Questão Social (...) , é, portanto a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão” (YASBEK, 2009)

De acordo com Yamamoto (2009), por mais que o Assistente Social não produza diretamente valor e mais-valia, o mesmo se insere sim na divisão social do trabalho, uma vez que é um trabalho coletivo e especializado, o qual contribui para reprodução das relações sociais durante o seu exercício profissional, reproduzindo a vida social do operário, a qual é a precedência da mais-valia, haja vista que reproduz a lógica da ordem vigente, do capitalismo, e a força de trabalho de seus usuários.

Neste processo de instauração da profissão no Brasil, temos a Igreja Católica como a responsável pelo conteúdo da formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Diante disso, em 1932, temos a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), o qual foi fundador da primeira Escola de Serviço Social no Brasil. Após alguns anos tendo cursos para jovens católicas, sobre moral, filosofia e demais temas ligados à ação católica, em 1936 o Centro inaugura a primeira Escola de Serviço Social no país, que logo depois veio a se integrar com a Pontifícia Universidade Católica (PUC).

O CEAS tinha como objetivo disseminar a doutrina e ação social da igreja, tendo como referencial os pensamentos de São Tomás de Aquino e nos ideais franco-belga. Este movimento visa promover a união entre as diferentes correntes de pensamento cristão, além de promover ações que visem ao bem-estar social, como o desenvolvimento econômico, o combate à pobreza e a defesa dos direitos humanos. Além disso, o CEAS procura promover um diálogo aberto entre os cristãos, bem como entre os cristãos e outras religiões, para promover o entendimento entre as diferentes culturas e crenças.

Sendo assim, o Serviço Social no Brasil em seus primeiros anos se fundamenta de posicionamentos conservadores, individualistas e moralizantes, indo de encontro com o pensamento da Igreja. A partir da década de 1960, o Serviço Social se transforma com o surgimento de novas abordagens e teorias, assim como a mudança de contexto político e social. Novas formas de pensar e de atuar surgem, como o Serviço Social Crítico, o Serviço Social Libertário, o Serviço Social Autônomo e o Serviço Social Popular. Estas novas abordagens se fundamentam nos princípios da democracia, da solidariedade, da luta de classes, do humanismo e do compromisso social.

Vale ressaltar que, para a Igreja Católica, a questão social era considerada uma questão moral, uma responsabilidade única dos sujeitos que a enfrentam, ignorando todo contexto social, econômico e político o qual o sujeito está inserido. A Igreja Católica acredita que a questão social deve ser enfrentada com ações individuais de caridade, baseadas na solidariedade e na responsabilidade dos indivíduos. Dessa forma, a igreja desenvolveu diversas iniciativas de caridade, como o serviço de assistência social, e ajudou milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade. No entanto, a Igreja Católica também reconhece que a questão social não pode ser enfrentada apenas com ações individuais, mas também com medidas coletivas e políticas. Por isso, a Igreja tem buscado sensibilizar os governos sobre a necessidade de investimentos sociais e políticas públicas que atendam às necessidades das populações mais vulneráveis.

A partir da década de 40, os cursos de Serviço Social começam a ter influências do Serviço Social Norte-Americano, o qual se baseia nas teorias de pensadores positivistas, os quais, são conservadores e buscam pela harmonia social, naturalizando a questão social e prezando pela manutenção da ordem burguesa. Nesses cursos, os profissionais são instruídos para prestar serviços com base na educação, serviços sociais e trabalho social, com o objetivo de melhorar as condições de vida das comunidades e populações vulneráveis. O Serviço Social tem como objetivo o desenvolvimento de iniciativas para reduzir as desigualdades sociais e garantir a proteção social da população. O Serviço Social possui como princípio básico a luta contra a desigualdade e a promoção da justiça social. Assim, os profissionais buscam identificar necessidades e desenvolver projetos para atender a população vulnerável.

Neste mesmo momento, trabalhadores brasileiros começam a expressar demandas de bens e serviços, assim pressionando o Estado, o qual começa a tomar medidas assistencialistas para conter possíveis revoltas. Essas medidas incluem o estabelecimento de programas sociais que garantam o acesso a saúde, educação, cultura, lazer e transporte de qualidade para todos os segmentos da população. Além disso, o Estado busca criar ou fortalecer políticas de emprego para garantir o acesso a trabalho digno e de qualidade, e de distribuição de renda para aqueles que não possuem direito ao salário-mínimo.

Também é possível ver o Estado tomando medidas para aumentar a qualidade de vida das pessoas, através da implementação de programas de habitação, saneamento básico e melhoria das condições de trabalho.

Diante disso, há a criação e desenvolvimento de instituições assistencialistas, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Fundação Leão XIII. Estas organizações oferecem serviços gratuitos para pessoas carentes, como ajuda alimentar, abrigo, assistência médica e odontológica, educação, entre outros. Além disso, elas também realizam campanhas de conscientização para que a população se torne mais consciente do problema e consiga contribuir para contorná-lo. Essas instituições também realizam parcerias com empresas para a obtenção de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações que visem à melhoria da qualidade de vida da população carente.

Contudo, por incorporar as reivindicações do proletário, o Estado acaba por possibilitar um maior espaço para o Serviço Social e impulsionar a profissionalização do assistente social, uma vez que os profissionais neste momento têm sua área de trabalho ampliada e consegue se aproximar à classe trabalhadora, a qual era foco principal das políticas sociais, visto que agora assumem o papel de executar estas políticas, mesmo que paternalistas e repressivas. Nesse contexto, o Serviço Social passa a exercer a função de intermediador entre o Estado e o indivíduo, executando ações e políticas, que contribuem para a garantia de direitos sociais, como a assistência social, a saúde e a educação, que são fundamentais para o bem-estar social da população. Além disso, o profissional passa a ter a função de ouvir e aconselhar as pessoas, ajudando-as a encontrar soluções para os seus problemas.

Diante do contexto político em que o país estava inserido, a ditadura, e devido a influências teóricas, a datar dos anos 1960 há um movimento, que devido a repressão era encoberto, que buscava a renovação da profissão, tendo como objetivo um Serviço Social mais crítico. Esse movimento buscava a adoção de práticas mais comprometidas com os interesses dos trabalhadores, buscando não só a sua integração às lutas de classes, mas também a sua autonomia profissional. O Serviço Social passou, assim, a ter uma abordagem mais crítica e comprometida com o contexto, ao mesmo tempo em que buscava aprofundar seu conhecimento teórico.

Nesse sentido, houve uma ampliação das temáticas abordadas pelo Serviço Social, desde as questões de gênero até questões ambientais, que passaram a ser consideradas importantes para o desenvolvimento da profissão.

Em decorrência desta organização e da aproximação com os ideais marxistas, acontece em São Paulo, no ano de 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o qual ficou conhecido como o Congresso da Virada, marco de extrema importância e decisivo para a elaboração de um novo Projeto Profissional. Uma vez que, a ruptura com o conservadorismo, marcou seu compromisso ético, político, e a aproximação da classe profissional com os movimentos sociais e com a classe trabalhadora.

A década de 80 e 90, os anos de ouro do Serviço Social, foram marcantes para a sua evolução, uma vez que foi o momento em que se consolidou o projeto ético político, o direcionamento social e o teor crítico desta profissão. A criação de leis, políticas e programas sociais, como a Lei de Assistência Social (LAAS) e o Programa Nacional de Assistência Social (PNAS), foi fundamental para a consolidação do Serviço Social. Essas medidas permitiram a expansão da atuação profissional, bem como a conscientização da população para a importância de se investir na proteção social. Outro importante conquista dessa década foi a criação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que foi responsável por regulamentar a profissão.

Logo, compreende-se que o surgimento da profissão deriva de uma necessidade social e política de haver um profissional para intervir diretamente nas expressões da questão social. A profissão de assistente social foi criada com a finalidade de promover a reabilitação social e o bem-estar dos indivíduos, famílias e comunidades, além de buscar soluções para problemas relacionados à questão social. O trabalho desenvolvido pelo assistente social pode ser realizado nos mais diversos contextos, como áreas educacionais, saúde, trabalho, direitos humanos, entre outros.

Atualmente, o assistente social é cada vez mais valorizado na sociedade, pois sua atuação é mais ampla, tendo contribuído para a melhoria da qualidade de vida e da equidade social. O assistente social é um profissional que intervém diretamente na questão social, buscando soluções que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Mas, somente a partir da década de 1980 o Serviço Social começa a entender sua importância na divisão sociotécnica do trabalho, e sua inserção no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Durante os anos 80, o campo do Serviço Social foi ampliado para além das questões relacionadas às questões da pobreza e às necessidades sociais, passando a abranger problemas relacionados às questões demográficas, ao trabalho, às questões de gênero, às relações raciais, às questões relativas aos direitos humanos e à proteção social. O Serviço Social passou a se preocupar em explicar as relações sociais e seus processos de mudança, bem como em desenvolver medidas para lidar com os problemas sociais criados pelas novas condições históricas.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SEUS IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL

Conforme já explicitado, o Serviço Social emerge de uma necessidade de responder às contradições postas pelas expressões da questão social, buscando garantir a sobrevivência da classe operária, mas para além disso, para, também, garantir a sobrevivência do modo de produção vigente, o capitalismo. Diante disso, torna-se necessário compreender não somente o contexto político da época da institucionalização desta profissão, mas também o contexto econômico, o qual influencia diretamente na atuação profissional de assistentes sociais.

O capitalismo é um modelo econômico que está presente na sociedade desde meados do ano de 1860, entretanto por causa de suas crises, ele se recria e se desenvolve, fazendo algumas alterações durante estes processos, mas sempre com seu ideal principal sem se alterar, o da acumulação. Este modo de produção se constitui por diversas e profundas contradições, sendo que a principal é, quanto maior a riqueza da classe burguesa concomitantemente, maior será a pobreza da classe operária. Ou seja, este se estrutura a partir da exploração da força de trabalho e da apropriação da riqueza socialmente produzida.

Compreender o capitalismo é de extrema importância para que possamos entender a gênese da questão social, por isso para fazer um breve histórico do capitalismo no mundo, em 1860 é o auge do capitalismo concorrencial, o qual o Estado era garantidor da propriedade privada, mas a regulação da economia era definida pelo próprio mercado, além disso era predominante o pensamento liberal. Já o capitalismo industrial tem início na 1ª Revolução Industrial, em que a principal atividade lucrativa era a indústria, além de que era intensa e evidente a desigualdade social nesta época. No séc. XVIII temos o capitalismo monopolista, momento em que o Estado e a burguesia compreendem a necessidade do Serviço Social. Para Netto (2011), o capitalismo, durante seu processo histórico, alcança seu ápice na ordem monopólica, em que a sociedade burguesa consegue se consolidar, com a facilidade da acumulação do capital e da valorização do mesmo.

Pensar na questão social é compreender que esta surge diante da lógica capitalista, da acumulação do capital, melhor dizendo do pauperismo. Entretanto, cabe aqui posicionar que o pauperismo se dá em razão da pobreza que é causada pela exploração de uma classe em detrimento a outra, quando tem se a possibilidade de superação desta, mas preocupa-se somente com a acumulação do capital. Além disso, Santos (2012) destaca que existia pobreza antes do capitalismo, mas esta não era ocasionada pela exploração de uma classe sob a outra.

“[...] na mesma medida em que se desenvolve o modo de produção especificamente capitalista, ou seja, aquele que, sob o formato da grande indústria, aprofunda a vigência e capilaridade de suas leis fazendo emergir, no século XIX, o pauperismo. Tem-se então o marco histórico do conjunto de fenômenos que, incluindo o pauperismo, mas também se reproduzindo para além dele, se considera aqui como gênese da “Questão Social”. (SANTOS, 2012)

Na década de 70, surge o neoliberalismo nos Estados Unidos, apoiado pelos princípios capitalistas, o qual buscava o desenvolvimento econômico sem nenhuma interferência do Estado, isto é, a economia deveria ser baseada em forças livres de um mercado para atingir o desenvolvimento social. Esta doutrina econômica buscava aumentar a arrecadação de impostos e diminuir os gastos públicos, pregando a privatização de empresas, corte de gastos públicos e o aumento da taxa de juros para investimento ao estrangeiro.

“O apogeu ideológico do neoliberalismo – tendo se tornado um inapelável “senso comum” do nosso tempo – comprova-se, entre outras coisas, no ostensivo encolhimento dos espaços públicos das sociedades latino-americanas [...]. Esta ‘privatização’ selvagem exprimiou-se em algo muito mais profundo que a mera venda ou desmantelamento das empresas públicas: acabou por ‘reconverter’ – em função da mais pura lógica mercantil – direitos como a educação, a saúde, a segurança social, a recriação e a preservação do meio ambiente em bens ou ‘serviços’ (para usar a gíria do Banco Mundial) adquiridos segundo as regras do mercado.” (BORON, 1999, p. 16) (grifos do autor)

Este sistema econômico chega ao Brasil em 1990, no governo de Collor, propondo a privatização da esfera pública, desregulamentação financeira, abertura externa, flexibilização das relações e condições de trabalho, retração ou diminuição do Estado e a reestruturação de políticas sociais. Ou seja, as políticas sociais ficam submetidas às políticas econômicas, restringindo-se a ações focalizadas e assistencialistas, assim removendo a responsabilidade do Estado e a transferindo para a iniciativa privada, antes da federação e à família. (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014)

As transformações que ocorrem no Brasil e no mundo incidem na esfera de trabalho de assistentes sociais e na sua prática profissional, em uma contextualização de degradação do trabalho, além da precarização das condições em que ele é exercido, impactando não apenas as condições materiais dos sujeitos que vivem do trabalho, como nas suas sociabilidades individuais e coletivas, considerando ainda a erosão dos sistemas públicos de proteção social (RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Diante deste movimento econômico na sociedade, a reestruturação produtiva, a qual tem transformado as organizações de trabalho impulsionada pela lógica neoliberal, acarreta a um grande número de desemprego e a constante precarização do trabalho, objetivando o aumento da produtividade e do lucro (César, 1998). Diante disso, o Serviço Social se depara com novas demandas sociais, além de ser afetado com essas mudanças, uma vez que, como trabalhador assalariado também está inserido neste contexto flexibilização e transformações no mundo do trabalho.

Ou seja, o assistente social se vê inserido neste cenário, em que ao mesmo tempo que atende as demandas sociais provocadas por este sistema econômico que prejudica o proletário, o mesmo, como trabalhador, sofre com estas condições. Entretanto, vale explicitar que o Estado é um dos maiores empregadores dos

assistentes sociais, isto é, da mesma maneira em que no seu exercício profissional busca estratégias para combater as sequelas que este modo de produção provoca aos seus usuários, o mesmo, a reproduz no seu trabalho, uma vez que, produz e reproduz a lógica do capital, como elucida Yazbek:

“Dessa forma, o Serviço Social participa tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma ação socioeducativa tensionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta.” (YAZBEK, 2009)

Quando o assistente social atua na intermediação entre demandas da população e o acesso aos serviços sociais, coloca-se à frente na mediação entre as esferas pública e privada, como um agente de intervenção do Estado nos conflitos domésticos e cotidianos das relações em sociedade (IAMAMOTO, 2009).

Do mesmo modo em que houve desenvolvimentos no contexto histórico da sociedade brasileira, há também um amplo movimento de renovação crítica do serviço social, que culminou em transformações nas áreas de pesquisa, ensino e na organização político corporativa dos assistentes sociais. Assim o redimensionou por um grande embate contra o tradicionalismo profissional e o conservadorismo, buscando pensamentos e ações críticas.

Para Netto (2009) a constituição da profissão seria o resultado de um processo que já vem histórico onde o ponto de virada estaria na solidificação de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica. Os profissionais do Serviço Social encontram, na era contemporânea, espaços de atuação onde se apresentam inúmeras contradições e pontos sensíveis, que são guiados por interesses de classes antagônicas e exigem do assistente social maior compreensão da realidade, para que possa assim formular melhores estratégias para o enfrentamento dessas desigualdades e contribuir para viabilização de políticas sociais e garantia dos direitos sociais (YAZBEK, 2009)

3. PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA MATERIALIZAÇÃO

Para discutirmos a criação de um novo projeto profissional para o Serviço Social, é necessário compreender que se assim como na construção de um projeto societário

que representa a ideia de sociedade que pretendem construir, um projeto profissional expõe os requisitos para seu exercício, seus objetivos e funções, como expressa Netto (2007):

“São estruturas dinâmicas que vêm respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e ainda, às mudanças na composição social da categoria”.(NETTO, 2007)

Como já foi exposto neste trabalho, o Serviço Social brasileiro passou por transformações durante a história, até que em 1979 ocorreu o Congresso da Virada, com o rompimento do conservadorismo e a criação do pluralismo político na profissão. Foi então, neste momento, que começamos a ter mais evidenciado a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social, fruto de debates, discussões, persuasão, e também, por conflitos.

Neste sentido, o Serviço Social brasileiro foi construído a partir de uma luta ideológica, política e social, que através de suas proposições, propõe ações para o enfrentamento dos problemas sociais, a partir de uma postura crítica, comprometida com a transformação social. Assim, o Profissional de Serviço Social é convidado a assumir uma postura ética que possibilite a compreensão dos fenômenos sociais, a partir de uma análise interdisciplinar, e que possa contribuir efetivamente na construção de uma sociedade mais justa.

Uma abordagem hegemônica para este projeto envolve o estabelecimento de uma visão compartilhada entre o pessoal da área e a direção da empresa, com o objetivo de encontrar soluções que atendam aos interesses de ambas as partes. Isso significa que as partes envolvidas devem se reunir para discutir as possíveis soluções e trabalhar juntas para encontrar saídas que sejam aceitáveis para todas as partes envolvidas. É necessário que os profissionais da área sejam ouvidos e que suas ideias sejam consideradas para que o projeto seja bem-sucedido.

Foi neste mesmo contexto que, dentro das universidades, surgiram os cursos de pós-graduação, em que se fortalece a produção de conhecimento, e aproximação com vertentes teóricas incorporadas pelas ciências sociais, permitindo um pluralismo e afinidade com concepções teóricas e metodológicas da classe trabalhadora.

Em 1986 temos a aprovação do Código de Ética, mas por não incorporar tão claramente aspectos como a própria ética e perspectivas profissionais, foi necessária uma revisão deste, culminando na aprovação de um novo Código de Ética em 1993, o qual hoje ainda é vigente e que foi fundamental para a construção do novo projeto profissional.

O novo Código de Ética é orientado por um conjunto de princípios que buscam promover o bem-estar das pessoas, a responsabilidade social, a integridade profissional e a ética nos negócios. O novo código de ética contém princípios que estabelecem obrigações, responsabilidades e direitos para os profissionais, além de estabelecer a responsabilização dos profissionais pelas suas ações. Além disso, o novo código de ética define as responsabilidades dos profissionais em relação ao manejo dos recursos e serviços. Tais responsabilidades incluem garantir que os recursos e serviços sejam utilizados de forma eficaz, eficiente, ética e socialmente responsável.

Outro ponto que é de extrema importância ressaltar, é que este projeto não é finalizado, pois é um processo que acompanha a realidade social e econômica do país e da sociedade com o passar dos anos. Entretanto, apesar de não ser um marco final, há a luta para que a continuidade e as transformações que possam ocorrer com ele, não percam a direção ética, crítica e hegemônica. Portanto, bem mais que um projeto de cunho econômico, o Plano Real é um desafio de visão de mundo, de responsabilidade com o presente e com o futuro da nação brasileira. É um projeto que deve ser encarado como uma oportunidade de unir todos os brasileiros em torno de um ideal comum, o de construir um país cada vez melhor para todos.

Netto (2007) expõe que este Novo Projeto tem como um de seus eixos principais a liberdade, a emancipação e a autonomia do indivíduo, em que há a possibilidade de superar as questões a estes impostas e criar uma nova realidade.

A partir de toda esta construção, o Assistente Social passa agora a seguir três dimensões importantes para sua prática profissional, regulamentadas tanto no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), como na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social, e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social.

Assim sendo, Santos (2013) refere-se a estas como a teórico- metodológico, ético-político e técnico-operativa.

Sinteticamente, podemos afirmar que a relação entre as dimensões se coloca no exercício profissional da seguinte forma: teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política) (SANTOS, 2013).

Logo, o exercício profissional deve ser concebido pela articulação destas três dimensões, considerando as condições históricas socialmente e economicamente determinadas, e que requerem a atuação do assistente social e das políticas sociais, para que assim mediante a estratégias políticas e críticas seja possível concretizar estes instrumentos e técnicas, assim, propondo-se a possibilitar da emancipação humana.

Apesar de termos legislações que regulamentam e respaldam o exercício profissional comprometido com o projeto ético político e com o código de ética, quando consideramos toda construção histórica do Serviço Social, e o papel do Estado no contexto contemporâneo, entendemos que por vezes, há uma tentativa de reprimir o profissional que busca agir de acordo com seu posicionamento. Uma vez que, para o capital é necessário que tenha desigualdade, pois só a partir desta é possível a exploração do trabalhador, e pôr fim a geração da mais-valia.

Diante destes conflitos de interesse, Faleiros (2007) propõe que os assistentes sociais, comprometidos com seu projeto profissional, busquem por estratégias que possam assegurá-lo.

O foco da intervenção social se constrói nesse processo de articulação do poder dos usuários e sujeitos da ação profissional no enfrentamento das questões relacionais complexas do dia, pois envolvem a construção de 38 estratégias para dispor de recursos, poder, agilidade, acesso, organização, informação e comunicação. É nessas contradições que se vai desconstruir e construir sua identidade profissional e o objeto de sua intervenção profissional, nas condições históricas dadas, com os sujeitos da ação profissional (FALEIROS, 2007).

Ou seja, é necessário materializar toda bagagem teórica a partir de sua intervenção, confrontando os interesses do capital e o ideal de dominação e exploração de uma classe em detrimento de outra, assim resistindo a correlação de forças existentes, intervindo para além das demandas emergentes, mas sim para a emancipação e expansão de seu usuário e da classe trabalhadora.

Para Yamamoto (1997), a constante transformação da sociedade deve ser acompanhada pela profissão, ou seja, o profissional deve estar capacitado para redefinir suas estratégias de intervenção diante as novas expressões da questão social. Ou seja, o processo de renovação do Serviço Social não se finda em 1979 com o III CBAS, pois ele constante e acompanha as crises, e novas roupagens do sistema capitalista. O processo de renovação do Serviço Social é contínuo e dinâmico, pois precisa acompanhar e se adaptar às novas realidades e às crises dos sistemas capitalistas.

O III CBAS foi apenas um contribuinte importante para o processo de renovação do Serviço Social, pois trouxe novas ideias e abordagens para a profissão. Em seguida, outras renovações foram alcançadas com o surgimento de novas teorias, aplicações práticas e abordagens críticas. Por exemplo, novas discussões sobre gênero, direitos humanos, direitos das mulheres, direitos das minorias, entre outras questões, têm sido discutidas e integradas ao Serviço Social. Estas discussões são parte importante do processo de renovação do Serviço Social.

4. AUTONOMIA RELATIVA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

4.1. AUTONOMIA PROFISSIONAL DIANTE DAS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Originalmente a autonomia é entendida como o poder, de um sujeito ou de uma coletividade racionalmente , se dar às próprias leis e agir de acordo com estas, ou seja, de decidir a quais normas irá se submeter, como descreve Kant (1959) in Castro (2011), “a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo

e a sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a da razão.”

Já quando nos referimos a uma autonomia profissional, deve-se se relacionar ao profissional liberal, o distinguindo de um profissional autônomo, uma vez que o segundo concerne-se a aqueles que não têm vínculos empregatícios e trabalham por conta própria, já os liberais, de acordo com a Confederação Nacional de Profissionais Liberais (CNPL), diz respeito a :

(...) aquele legalmente habilitado a prestação de serviços de natureza técnico-científica de cunho profissional com a liberdade de execução que lhe é assegurada pelos princípios normativos de sua profissão, independentemente de vínculo de prestação de serviços (artigo 1º - parágrafo único – p. 4).

Logo, quando compreendemos que os profissionais liberais possuem essa autonomia em seu exercício profissional, abarcamos como as mudanças no mundo trabalho também interferem nesta disposição. Portanto, cabe aqui fazer um breve histórico das mudanças do mundo do trabalho e sua intercorrência com a autonomia dos profissionais.

Segundo Marx (1974, p.47), o trabalho é fundamental para a construção da sociabilidade humana, é o que cria a natureza humana, em que, o ser natural se torna social, se insere em relações sociais.

O trabalho nos primórdios da existência do homem, se baseia na manipulação da natureza para garantia da sobrevivência, porém com a retificação das classes sociais mais evidente, e posteriormente a inserção das indústrias, este se torna além de um processo para subsistência, mas também, uma forma de dominação dos mais ricos sob os menos favorecidos, para a mera acumulação de capital.

Tal modificação no cerne do sentido do trabalho, transforma também a sociabilidade, que passa a ser alienada, já que com a divisão técnica do trabalho, o operário não se identifica mais no processo de produção da mercadoria, assim propiciando a obtenção de lucro pelos burgueses. Como explicita Sara Granemann (2009, p.4):

Parâmetros tais convertem a ação laborativa em atividade que produz uma sociabilidade alienada porque exercida com o fito da mercantilização, exclusivamente com o objetivo de auferir lucros para os capitalistas (GRANEMANN, 2009, p.4).

Diante disso, surge no final do séc. XIX o Taylorismo, o qual busca acelerar a produção, maximizar o potencial do trabalhador e controlar a linha de produção. Para alcançar estes objetivos, houve a especialização do trabalhador, uma das principais causas da alienação do deste, que fica limitado a apenas uma parte do processo.

O Fordismo surge logo após o Taylorismo, com algumas melhorias do pensamento de Taylor. Este novo sistema manifesta duas novidades principais, a inserção das esteiras de montagem, a qual otimiza o tempo, aumentando a extração de mais valia, e torna o operário cada vez mais alienado; e a produção em massa, que torna a mercadoria popular, e assim aumenta o mercado consumidor, auferindo mais lucro.

O autor aponta a tendência à redução do proletariado industrial, estável e especializado, que se desenvolveu na vigência do taylorismo-fordismo, ao mesmo tempo que se expande o trabalho temporário e em tempo parcial num modelo produtivo assentado na integração tecnológica informacional, na desconcentração do espaço produtivo e na horizontalização da produção.(...) Para o autor, a finalidade de tais mudanças é controlar a subjetividade daquele que trabalha com um discurso de envolvimento que, na verdade, é uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado (PREVITALI, 2013, p.3).

Ressalta-se que, estes dois sistemas, procuraram potencializar a produção, de maneira que pudessem gerar lucro, por meio da maior extração da mais valia, além de que, há uma exploração exacerbada do proletário, que além de não receber pelo aumento de produção, sofre com a divisão técnica do trabalho, que o submete a ser especializado, destruindo a autonomia do trabalhador.(Diniz, 1998)

Contudo Freidson (1996), compreende que o fato do trabalhador vender sua força de trabalho, ou seja, ser assalariado, pode interferir sim no exercício profissional, isto é, a um certo controle na maneira do trabalho, mas não na autonomia técnica, como explana:

(...) os profissionais assalariados são simultaneamente dependentes e autônomos, permanecem com o controle do processo de trabalho, mas dentro de circunstâncias que eles não controlam. Basicamente, a gerência – no setor privado – ou os administradores do Estado – no setor público – controlam a alocação de recursos, e ao fazê-lo estabelecem os limites dentro dos quais os profissionais podem exercer a autonomia técnica (FREIDSON in DINIZ, 1998, p.174).

Diante disto, percebe-se que as mudanças históricas e a busca pela manutenção do capital, traz consigo, conseqüentemente, impactos na autonomia profissional, mas entende-se que os profissionais liberais possuem um conhecimento técnico, os mesmo dispõe de aspectos que lhes confere autoridade moral e estratégica para estabelecer as disposições do seu trabalho.

Pensando neste contexto de regulamentação e renovação da prática profissional do Serviço Social, vemos que um dos elementos considerados fundamentais para consolidar e materializar a teoria na prática do trabalho diário, é a autonomia do Assistente Social.

Esta autonomia significa o direito ao uso da liberdade profissional, isto é a diligência para tomar decisões, de maneira criativa e responsável, priorizando sempre os direitos dos usuários. A autonomia profissional do Assistente Social também significa que ele deve ser capaz de desenvolver suas práticas de acordo com os princípios da ética profissional e com as normas estabelecidas pelos Códigos de Ética do Serviço Social. Além disso, é importante destacar que a autonomia do profissional deve ser utilizada para promover a inclusão social, a justiça social e o bem-estar dos usuários de seus serviços.

Pensando na autonomia no Serviço Social, temos esta manifestada pelo conjunto normativo e regulatório da própria profissão, tornando-se um direito do assistente social, que tem suas competências e atribuições definidas através da Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Assim, o profissional do Serviço Social tem autonomia para atuar, pois possui um conjunto de diretrizes, normas e princípios que orientam sua prática e lhe garantem a liberdade de seus atos.

(...) resguardar a relativa autonomia profissional na condução do exercício profissional supõe potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas, com sustentação em forças sociais reais que partilhem de um projeto comum para a sociedade. (IAMAMOTO, 2014, p.219)

Autonomia significa também que o assistente social tem a responsabilidade de atuar de acordo com os princípios de sua profissão, cumprindo as funções que lhe foram confiadas, bem como evitando ações que possam ofender seus preceitos éticos ou o interesse dos usuários que necessitam de seu trabalho. (IAMAMOTO, 2009). É de

extrema importância indicar que, existe uma contradição normativa em torno do Código de Ética, pois apesar de estabelecer preceitos éticos, o mesmo é um mecanismo de controle das condutas éticas profissionais, por parte da sociedade.

[...] as profissões liberais caracterizam-se pela formulação escrita de regras de ética profissional, face ao interesse público de seu exercício. O Estado, em nome da sociedade, de forma democrática ou não, emite uma lei intervindo numa determinada atividade, regulamentando-a e instituindo um conselho ou órgão similar, para, de um lado, fiscalizar os respectivos profissionais e, de outro, defender-lhes a autonomia profissional (SIMÕES, 2007:509).

Posto isso, a autonomia do assistente social, assim como dos demais profissionais liberais, é para além de apenas um direito, mas também como um dever em sua prática profissional. Ou seja, é um direito à medida que o profissional tem a liberdade de escolher técnicas e instrumentos para realizar seu trabalho. Por outro lado, é um dever ao passo que deve assegurar os interesses da coletividade, não permitindo que sua parcialidade e desejos pessoais interfiram no seu exercício profissional.

Contudo, diante das condições históricas da sociedade brasileira em que se fez a legitimação e profissionalização do Serviço Social, como trabalhador liberal e assalariado e responsável pela execução das políticas sociais, em seu exercício profissional, este, por vezes, não consegue desempenhar plenamente sua autonomia. Rodrigues et al. (2014, p. 82), aponta que a estabilidade do vínculo “(...) por si só não assegura uma maior autonomia[...] já que a falta de condições de trabalho, a falta de infraestrutura, a falta de reconhecimento profissional, aliadas à precariedade e focalização das políticas sociais, são questões que perpassam o seu cotidiano profissional.”

Como já foi exposto neste trabalho, diversos são os fatores que influenciam no desenvolvimento e ações na profissão do Serviço Social, como as condições de trabalho, a política, economia e a correlação de forças institucionais. Iamamoto (2008) expõe que “a efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais”.

De acordo com Faleiros (2007), as instituições são permeadas de normas, e conflitos de interesses, considerando que o assistente social, em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, trabalha com uma equipe multidisciplinar, em que pode haver divergências de acordo com o segmento ético e posicionamento político de cada profissão, além das relações de poder ali existentes.

O Serviço Social se inscreve num contexto institucional permeado de conflitos, de lutas, de jogos de poder e recursos, o que sempre tenho enfatizado, e participa da articulação de estratégias que variam de acordo com a perspectiva teórica e ideológica de seus atores, assim como das relações de poder das instituições (FALEIROS, 2007).

A precarização do trabalho é uma das consequências da implementação do neoliberalismo na sociedade, o qual se evidenciou no Brasil durante a década de 1990, e que além de impactar na dimensão econômica, abalou também a vida social, principalmente, da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018).

Os mecanismos de precarização são diversos, incluindo a terceirização, a flexibilização, a desregulamentação dos contratos de trabalho, a diminuição dos salários e dos direitos trabalhistas e a inserção de tecnologias, tendo como uma de suas várias consequências o aumento da massa de desempregados, e em decorrência deste contexto, trabalhadores que se submetem a condições precárias de trabalho, para sobreviver.

O Assistente Social é um profissional assalariado e que tem como maior empregador o poder público, que exerce, explicitamente, o compromisso de “gestor dos negócios da burguesia financeira”(ANTUNES, 2018). Logo, este profissional é afetado com estes mecanismos do capital, sendo que há a diminuição de cargos, a escassez de concursos públicos, a descentralização das políticas públicas e tantas outras fragilidades. Entretanto, contraditoriamente, apesar deste desmonte constante das condições de trabalho, o assistente social é cada vez mais requisitado para intervir nas diversas expressões da questão social que se afloram e se evidenciam com este processo de desconstrução de condições para sobrevivência.

Outro elemento decorrente da lógica neoliberal, é o aumento de faculdades particulares online, ou seja, do ensino a distância (EAD), como uma estratégia de

certificação rápida e, nem sempre crítica, mas com propósito e anseio de lucrar e desconsiderando, muitas vezes, a qualidade deste ensino.

“O estímulo ao EAD é um incentivo para ampliação da lucratividade das empresas educacionais - este sim o seu objetivo maior - a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isso que permite vislumbrar, como faces o mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional”. (IAMAMOTO,2008)

Ou seja, diante de todo o exposto, a conjuntura atual, decorrente de todo um processo histórico, coloca vários entraves para a atuação do Assistente Social, de maneira com que o mesmo consiga se ater ao projeto ético político da profissão.

Este contexto contemporâneo de retirada de direitos, de precarização da educação, do trabalho, da saúde, e das políticas públicas, coloca o profissional do serviço social em uma situação que é necessário a criação de estratégias para superar esta correlação de forças políticas, econômicas e institucionais.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O MATERIAL COLETADO EM ANAIS DE EVENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Como parte da metodologia, e já descrito neste trabalho, foi realizada uma pesquisa nas últimas edições de 3 eventos e congressos na área do Serviço Social e das políticas públicas., sendo estes: o [Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social](#) (ENPESS), o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), e a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs problematizar a relação entre um desenvolvimento profissional de assistentes sociais, e suas implicações dentro o contexto do capitalismo neoliberal, considerando o seu projeto ético político, sua autonomia e as relações de forças institucionais.

A autonomia relativa é uma teoria que afirma que o indivíduo é capaz de realizar certas ações e tomar decisões com base em seus próprios valores e crenças. Essa teoria tem implicações importantes na materialização do projeto ético-político do Serviço Social. O projeto ético-político do Serviço Social é um conjunto de princípios que orientam a prática profissional. Estes princípios estão baseados na luta pelos direitos humanos, pela justiça social, pelo bem-estar e pela emancipação dos indivíduos e grupos marginalizados. O projeto ético-político do Serviço Social é um meio de garantir que as necessidades dos usuários sejam atendidas de forma eficaz e humanizada.

O Projeto Ético Político (PEP) é um conjunto de princípios, diretrizes e valores éticos e políticos que visam promover a emancipação humana. Ele foi desenvolvido para orientar e nortear a prática profissional de diversos setores da saúde, da educação e da assistência social. O PEP tem como base a defesa dos direitos humanos, a valorização da diversidade, o respeito às diferenças e a luta contra todas as formas de discriminação. O PEP e o Código de Ética são ferramentas fundamentais para que os profissionais cumpram com responsabilidade e compromisso seus deveres e promovam ações que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

“(…)Com a efetivação desse projeto, o assistente social apresenta-se como formulador de políticas públicas e executor de políticas sociais, deve perceber as necessidades sociais e no conjunto dos movimentos sociais, lutar pela realização do atendimento das mesmas. Dessa maneira, pode-se visualizar o amadurecimento da categoria profissional, pois supera a tradição conservadora inerente da Igreja Católica e do pensamento positivista, que influenciou a ética profissional no início da história do Serviço Social.” (SILVA, 2015)

Contudo, o Serviço Social tem sua autonomia relativa à medida que o mesmo é um profissional que está subordinado a uma instituição, mas ainda assim deve prezar pelo direcionamento social da profissão, como salienta Iamamoto:

O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações profissionais, socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos conselhos profissionais). Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2008)

A profissão de assistente social surgiu no início do século XX, como prática de prevenção social e promoção da saúde em âmbito internacional. Naquela época, o assistente social era responsável pelo atendimento de problemas sociais, trabalhando com grupos vulneráveis e populações excluídas.

Atualmente, a profissão de assistente social é regulamentada no Brasil pela Lei nº 8.662/1993, que define seus objetivos e competências. O assistente social atua na prevenção e no enfrentamento de problemas sociais, na defesa e na promoção dos direitos humanos, na implementação de políticas públicas e na garantia dos direitos sociais. No Brasil, o assistente social atua nos setores público e privado, e pode trabalhar em órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, entidades assistenciais, escolas, hospitais, empresas, ONGs, entre outros.

Atualmente, o assistente social desempenha um papel essencial na promoção e proteção dos direitos humanos, bem como na prevenção e solução de problemas sociais. O assistente social atua tanto na prevenção como na resolução de problemas, realizando atividades relacionadas ao planejamento e gestão de serviços sociais, como o planejamento de ações e programas de assistência social, a elaboração de projetos sociais, a avaliação de políticas e ações, a formulação de propostas de atendimento e acompanhamento de grupos de risco e/ou vulneráveis.

A relação da profissão de assistente social com a política e economia é estreita, pois a prática do serviço de assistência social é condicionada por políticas econômicas, sociais e governamentais. A assistência social é um serviço desenvolvido na área da

saúde e da educação que visa contribuir para a promoção e proteção dos direitos humanos, bem como para a prevenção de problemas sociais e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Por meio da análise da realidade social, o assistente social desenvolve ações para minimizar as desigualdades existentes na sociedade, bem como para promover a justiça social e a equidade. Para isso, é necessário entender como as políticas e as economias influenciam as condições de vida das pessoas.

Os assistentes sociais trabalham para identificar problemas sociais, promover mudanças sociais e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Eles estudam o ambiente social, as condições econômicas, políticas e culturais para entender melhor como as condições de vida afetam as pessoas e suas respectivas comunidades. Eles prestam serviços a indivíduos, famílias, grupos e comunidades, usando uma variedade de abordagens e métodos para ajudar a melhorar as condições de vida. Isso inclui trabalho de campo, entrevistas, desenvolvimento de programas, pesquisa, planejamento de recursos, advocacia e educação pública.

Assistentes sociais também atuam como membros de equipes interdisciplinares, trabalhando com outros profissionais da saúde mental, educadores, líderes da comunidade e representantes do governo para estabelecer políticas que melhoram a qualidade de vida. Eles também podem trabalhar em organizações sem fins lucrativos, centros de saúde, hospitais, escolas, prisões e outras agências.

Além disso, eles são responsáveis pela implementação de programas e serviços que visam melhorar as condições de vida das pessoas, por meio de uma abordagem interdisciplinar. Assim, os assistentes sociais são fundamentais para o desenvolvimento de políticas sociais eficazes, bem como para o desenvolvimento econômico das regiões.

A partir disso, é importante que os profissionais do Serviço Social sejam capazes de implementar ações de resistência ao projeto de desconstrução de direitos e garantias sociais, considerando as condições de cada instituição e suas peculiaridades. A resistência pode ser feita através da formação de redes de apoio com usuários, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias, entre outros. Essas redes de apoio ajudam a criar um ambiente de diálogo e de busca de soluções para as

problemáticas sociais existentes. É possível ainda estimular a participação ativa dos usuários nas políticas públicas, estimulando sua autonomia.

7. REFERÊNCIAS

BORON, Atilio A. **Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social.** Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: 2005.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o Projeto ético- político da profissão.** In: CRESS/ 7ª. região. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro, CRESS/ 7ª. Região, 2005.

CAMPANA, Priscila. **O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico.** Brasília: Revista de Informação Legislativa, n. 147, 2000. Disponível em . Acesso em 20 de março de 2022.

CASTRO, M. C. **Filosofia na literatura. Mídia digital.** 2011. Disponível em:< <http://www.filoinfo.bem-vindo.net/filosofia/modules/article/view.author.php?1>>. Acesso em: 20 outubro. 2023.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento.** São Paulo: Xamã, 2008.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição.** São Paulo: Cortez, 1986.

CÉSAR, Mônica de Jesus. **Serviço Social e Reestruturação Industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional.** In: MARTINELLI, M. L.; RODRIGUES, M. L.; MUCHAIL, S. T. (Orgs). O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** 2009.

_____. Lei n. 8662. **Lei de regulamentação da profissão de Assistente Social**. Brasília, 1993.

_____. **Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília, DF, 2018.

_____. Código de Ética do/a Assistente Social. 10. ed. ver. e atual. Brasília: **Conselho Federal de Serviço Social**, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS. **Estatuto da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais**. Aprovada em Assembléia Geral Extraordinária do Conselho Deliberativo. Brasília: Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, 29 nov. 2007. Disponível em: <http://www.cnpl.org.br/index.php?searchword=estatuto&ordering=&searchphrase=all&temid=1&option=com_search>. Acesso em: 20 outubro. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

DINIZ, M. **Repensando a teoria da proletarização dos profissionais**. In: Revista de Sociologia Tempo Social. São Paulo: USP, n. 10(1), 1998, 165-184.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais in **Revista IDEIAÇÃO/Universidade do Oeste do Paraná**. Campus Foz do Iguaçu. Centro de Educação e Letras. – Cascavel PR, Edunioeste. v. 10 nº I. p.41-62 1º semestre de 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K; VIEIRA, M. S. **O IDEÁRIO NEOLIBERAL: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos**. In: XI Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2014.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 53, p. 126-144, mar./1998.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade**. In:SERVIÇO SOCIAL:direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, YOLANDA. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Brasília, CFESS, ABEPSSCEAD – UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. In. Revista Temporalis. n. 3, Jan/Jun. 2019. p.16.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2009, p,380.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LOMBARDI, J. C. **Historiografia educacional brasileira e os fundamentos teórico-metodológicos da história**. In: _____(Org.). *Pesquisa em Educação*.

História Filosofia e Temas Transversais. 2ªed. Campinas – SP: Autores Associados. Histedbr; Caçador, SC: UnC, 2000.

LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). *História e História da Educação: O Debate Teórico-Metodológico Atual*. Campinas – SP: Autores Associados, 2000.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I**; tradução de Reginaldo Santana, 31 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NETTO, J. P. **Relendo a Teoria Marxista da História**. In: SAVIANI, D.;

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: CEFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 1. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, Cead, 2009.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, v.28, n. 92, nov. 2007.

PAIVA, A. F. de; SALGADO, A. B. M.. OS DEBATES SOBRE AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 252–262, 2022.

PIRES, M. F. C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997

PREVITALI, F. S, « Ricardo Antunes. **Os Sentidos do Trabalho:Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. Coimbra: CES/Almedina, 2013 », Configurações, 12 | 2013, 241-245.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012, v.6.

SANFELICE, J. L. **Dialética e Pesquisa em Educação**. In: LOMBARDI, J.C.;

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **História e História da Educação: O Debate Teórico-Methodológico Atual**. Campinas – SP: Autores Associados, 2000.

SANTOS, Cláudia Mônica. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. Revista Conexão Geraes, nº3, 2º sem/2013 (p. 25-30)

TAMBARA, E. **Problemas teórico-metodológicos da História da Educação**. In:

THIOLLENT, Michel J.M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 270 p. (Coleção Teoria e História 6) 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In:CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YASBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFEESS/ABEPSS, 2009.